

Planejar a Grande Natal: a cooperação intergovernamental como alternativa de gestão¹

Juliano Varela de Oliveira²

As populações nas metrópoles brasileiras, fortemente marcadas pela concentração da pobreza e da riqueza, enfrentam graves problemas sociais e econômicos, cuja solução poderá estar relacionada a uma adequada gestão metropolitana. Destinar adequadamente o lixo urbano, viabilizar saneamento básico, preservar os mananciais e o meio ambiente como um todo, corrigir o processo de sepultamento de pessoas falecidas, realizar projetos de infraestrutura e de desenvolvimento econômico, melhorar o sistema de transporte e de telefonia — administrar, enfim, a metrópole —, requer uma dinâmica de integração entre os agentes que a compõem. Neste sentido, o ato de planejar uma Região Metropolitana (RM) aparece como um alento à solução dos problemas que atingem suas populações. Todavia, é a celebração de um pacto político e territorial envolvendo sociedade, governos e setor privado, o pré-requisito fundamental para a consolidação do planejamento de uma metrópole.

A cooperação intergovernamental é neste momento, portanto, a nossa questão central. Integrar instituições públicas, privadas e da sociedade civil no objetivo de melhorar a qualidade de vida na RM de Natal (RMN), de fato, não é tarefa fácil, mas também não é impossível. A metrópole natalense, segundo a Profa. Tânia Bacelar, consultora da Prefeitura do Natal, já conta com algumas oportunidades que contribuem com o planejamento metropolitano. A existência, no município-núcleo, de um plano estratégico; a preocupação do governo estadual em elaborar os planos regionais de desenvolvimento; a ênfase dada pelo governo federal às metrópoles, através do Ministério das Cidades; a elaboração ou revisão

¹ Texto originalmente escrito para debate interno entre os técnicos da SEMPLA.

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN e Chefe do Setor de Elaboração de Projetos da SEMPLA/PMN.

dos planos diretores de todos os municípios da Grande Natal; e a aprovação recente, pelo Congresso Nacional, da chamada “Lei dos Consórcios”, vem compor o leque de oportunidades que a região possui para planejar o seu futuro.

Assim, para construir um planejamento metropolitano em que mudanças sociais e econômicas tenham como principal objetivo a promoção da inclusão social, faz-se necessário um agrupamento de sinergias a partir de uma ação conjunta entre União, estados federados, municípios, setor empresarial e sociedade civil organizada. Este agrupamento sinérgico é capaz, por conseguinte, de superar os problemas evidenciados numa gestão metropolitana, como os de ordem financeira e/ou gerencial, bem como de garantir que as ações sejam de fato pactuadas e conduzidas por um processo democrático.

Com tudo isso, evidenciamos ainda que as RM's são espaços propícios à realização dessas ações pactuadas entre atores sociais, políticos e econômicos, que comungam de uma mesma realidade e que estejam interessados no desenvolvimento de seu território. A gestão integrada de um território regional se faz necessária para o equacionamento de problemas que vão além dos limites municipais. A cooperação intergovernamental é ponto fundamental nessa discussão, na medida em que aparece como uma alternativa para se resolver graves problemas sociais, como a falta de infra-estrutura urbana, desemprego, concentração de renda e pobreza.

A necessidade de consolidação de um pacto político e territorial no âmbito da RMN, através de um ação de planejamento, como a elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável para a região, advém de um conjunto de demandas e reivindicações sociais que extrapolam a esfera municipal e alcançam a supramunicipal, exigindo ações conjuntas. Nesse sentido, a formação de novas institucionalidades, como os consórcios públicos, contribui para a realização desse pacto, uma vez que funcionam como instrumentos de beneficiamento das coletividades.

Para concluir, registramos que o Brasil vem vivenciando um ambiente propício ao alargamento desta discussão, principalmente quando, ao estudar mais sobre o assunto, observamos que os mecanismos ou instituições cooperativas constituem o grande alento do período recente, a partir do qual se pode imaginar uma nova realidade para o federalismo brasileiro. Quiçá, mais solidário e menos individualista.

Referências

ABRÚCIO, Fernando Luiz. **Os laços federativos brasileiros:** avanços, obstáculos e dilemas de coordenação intergovernamental. Tese (Doutorado em Ciência Política). Departamento de Ciência Política. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000.

FRENTE Nacional de Prefeitos. **O desafio da gestão das regiões metropolitanas em países federativos.** Brasília, 2004.